

**O EMPENHO FILOSÓFICO DE MONT'ALVERNE  
NA ÉPOCA DO BRASIL IMPERIAL  
( Seu Valor Histórico e Interesse Filosófico )**

**Miguel Spinelli**

Coordenador da Pós-Graduação em Filosofia  
da U. F. Santa Maria — RS

Quem quiser percorrer a nossa história de reflexão filosófica encontrará dificuldades em ler as obras de nossos autores do passado. Além de escassas, são poucas as bibliotecas que conseguiram arquivar determinadas obras. Aliás, merece destaque a “Estante do Pensamento Brasileiro”, coleção fundada pelo Prof. Luiz Washington Vita e dirigida pelo Prof. Miguel Reale, no sentido de restabelecer a leitura dos escritos de nossos autores do passado, trazendo-os, conseqüentemente, mais à mão em nossa estante e mais próximos do nosso espírito.

Se se quiser, então, recorrer aos trabalhos de crítica filosófica, verá o quanto elas foram limitadas, uma vez que muitos críticos transcuravam o senso histórico ou acabavam numa polêmica sem fim. Os casos mais clássicos podem ser considerados os de Tobias Barreto e de Sílvio Romero. Ambos, porém, com objetivos que se poderia dizer, definidos: enriquecer a comunidade da cultura com novas propostas ao “filosofar”. Aliada, portanto, à escassez de obras, outra dificuldade encontra-se na necessária tarefa de se fazer uma crítica da crítica, e de dar uma posterior fundamentação histórica a qualquer outra atividade do pensamento. Hoje, merecem destaques os trabalhos de João Cruz Costa, Luiz W. Vita, Miguel Reale, Antonio Paim, e tantos outros.

Já está mais do que provada a insignificância de Mont'Alverne como pensador. Por isso mesmo este trabalho não tem como objetivo levar a sério o seu valor como filósofo, exigir-lhe o que não pôde dar, rir-se de suas vulgaridades, ou mesmo vestir-lhe uma túnica que não lhe fique bem. Homem do seu tempo, dentro do seu tempo, é assim que esta análise pretenderá julgá-lo. Sem querer simplesmente desmentir o que possa apresentar-se como sabedoria tradicional, buscar-se-á o seu real valor.

O objetivo maior desta análise é restituir-lhe significativamente o “item” que lhe pertence em nossa “história do filosofar”. Isso, não propriamente a motivo de sua obra filosófica, mas essencialmente pela sua forma de viver a vida do lado da vida. Essa é a impressão que deixam transparecer os seus biógrafos. Nesse sentido, a sua “filosofia” apresenta-se

como uma atitude do espírito: a posição do homem diante de si mesmo e diante da vida. Ele não era vitalista ou existencialista nas formas como as entendemos hoje. Longe disso. Mas se assim fosse, seriam formas práticas, uma vez que nele aparece o filósofo manifestando-se enquanto vive: na grande força de vontade, na nítida consciência do valor pessoal e vigilância na defesa dos próprios direitos. Se ele, na época, se orgulhava de ser filósofo, e se, de fato, os seus contemporâneos o exaltavam como tal, é sem dúvida porque a Filosofia tinha nele esta presença. Mas quando hoje o lemos, o seu verbo não nos prende a atenção; talvez porque não vemos a pessoa, os seus gestos, ou as palavras inspiradas do orador que, como homem de bem, fala com o próprio ser. A palavra escrita parece que emudeceu o orador sacro, arrancou-lhe a força do sentimento e da emoção, retirou-lhe o seu mais profundo significado. E não fora a posterior crítica filosófica, ainda limitada e pronta para a polêmica, que soube dignamente trazê-lo ao convívio de nosso pensamento carente de mais ser. A sua obra, lugar da manifestação de seu espírito, não permite melhor ontologia desse mesmo espírito. Se não houvesse outra, valeria esta a mensagem subjacente ao seu "filosofar": cada dia é um dom da vida. Vale a pena correr o risco. Viver é já o sentido da vida. Talvez seja esta a filosofia que o filósofo não pensou, viveu-a simplesmente.

Foi na leitura da biografia sobre "Monte Alverne" elaborada por Frei Roberto Belarmino Lopes ( Petrópolis, 1958 ), e na leitura simultânea do artigo "Iluminismo no Brasil" de D. Odilão Moura ( in "As Idéias Filosóficas no Brasil", Séculos XVIII e XIX, São Paulo, 1978 ), que ocasionalmente ocorreu a sugestão de elaborar este artigo. A partir disto, movido por qualquer outra fremente curiosidade, fomos à procura de outras fontes e pudemos constatar o quanto de confuso e de contraditório existe na literatura e na crítica histórica a respeito de seu empenho filosófico. Após algum tempo de estudo, e de ter percorrido algumas bibliotecas a fim de consultar pelo menos uma de suas obras, chegamos à conclusão que poderíamos, modestamente, oferecer esta pequena contribuição tanto aos historiadores como a professores de idéias filosóficas no Brasil.

## 1 – PERFIL HISTÓRICO DE SUA FORMAÇÃO

Mont'Alverne ( Francisco José de Carvalho ) nasceu na cidade do Rio de Janeiro aos 9 de agosto de 1784<sup>1</sup>. Filho de pais portugueses, foi o primogênito da família.

Fez a sua instrução primária segundo as possibilidades da época. O governo colonial sempre se mostrou avesso à criação de escolas em seus domínios. Em fins do século XVIII, mesmo reprimido o ensino e rigorosamente vigiado o comércio de livros e jornais devido às idéias revolucionárias da época, haviam, espalhados pela colônia, os professores de

primeiras letras que traziam o título pomposo de professores régios. A instrução primária valia pouco mais que nada<sup>2</sup>.

Os mestres de ler, escrever e contar, assim como eram chamados na época, tinham a obrigação de ensinar não somente a "boa forma do caráter", mas também as regras gerais da ortografia portuguesa e a sintaxe a fim de que os alunos pudessem escrever correta e ordenadamente. Tinha também o dever de ensinar pelo menos "as quatro espécies de aritmética simples, o catecismo e as regras de civilidade"<sup>3</sup>. O Estado acreditava que isso bastasse para fazer de seus súditos bons cidadãos

Além dos professores régios, existiam também os particulares, que deviam submeter-se a várias formalidades burocráticas para obterem a licença de exercer a profissão. E sempre com a santa obrigação de ensinar a leitura, a escrita, a aritmética e a doutrina cristã.

Também para o ensino secundário, Mont'Alverne teve pouca possibilidade de escolha. O ensino secundário só podia ser feito dentro dos seminários, em reduzido número de escolas régias ou ainda nas escolas que funcionavam nos claustros. Entre os seminários, havia no Rio de São Joaquim e o de São José. Só a partir de 1835 surgem os Liceus provinciais e na Corte. Em 1837 dá-se a criação do Colégio Pedro II, destinado a servir de modelo para outros estabelecimentos de ensino<sup>4</sup>.

Alguns autores insinuam que Mont'Alverne estudou na Escola Régia dirigida pelo poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga, que, em agosto de 1782, abriu seu Curso de Poética e Retórica sob a proteção do vice-rei D. Luís de Vasconcelos. No entanto, Frei Roberto Belarmino assegura que esta Escola esteve fechada de dezembro de 1794 a julho de 1797, uma vez que Silva Alvarenga esteve prisioneiro, durante este período na Ilha das Cobras<sup>5</sup>. A escola só se reabriu com o seu retorno do cárcere. Mont'Alverne contava nesta altura, treze anos de idade. Se, de fato ouviu as lições do poeta, isso ocorreu após sua libertação, e por reduzido tempo.

Diante desse impasse, resolve-o Frei Belarmino Lopes, nesta assertiva: "Tenho por mim que, depois de aprendidos os rudimentos, onde quer que seja, Francisco José foi completar seus estudos, já decidido a entrar na Ordem, no recesso do convento"<sup>6</sup>. Se bem que Frei Belarmino é pronto a acreditar que Mont'Alverne fez mesmo seus estudos secundários no seminário de São Joaquim.

Sendo assim a situação do nosso ensino imperial, nada mais claro e justo do que o depoimento do próprio Mont'Alverne: "A instrução pública nesta época era muito circunscrita. A metrópole não queria homens sábios nas suas colônias: era a custo de esforços inauditos, que os brasileiros podiam distinguir-se"<sup>7</sup>.

Talvez mesmo antes de concluir os seus estudos secundários, em 1799, com 15 anos de idade, Mont'Alverne entrou para o claustro, um

ano antes do estabelecido pela Ordem Franciscana<sup>8</sup>. Infere-se que Mont'Alverne aprimorou os seus estudos dentro da Ordem<sup>9</sup>.

Mont'Alverne decide-se pela vida eclesiástica numa época de crise e de decadência religiosa, ou melhor, num período em que a política religiosa do Império não era mais favorável às Ordens religiosas do que a durante o Reino.

O clero estava mais a serviço do Estado do que da Igreja. "O Estado, à custa de miseráveis cômguas, tinha os sacerdotes à mão e os não considerava senão servidores do Estado como qualquer outro funcionário público. E depois de os ter usado para benefício e prestígio próprios, abandonava-os como coisa sem maior préstimo. Não é de admirar que o clero, imiscuído na política, participe da maçonaria, envolvido em fruticas palacianas e partidárias, esquecidos dos seus principais deveres, que são os de órbita essencialmente religiosa, viesse perante o povo a perder a ascendência e, com ela, o respeito e a veneração pelo estado sacerdotal"<sup>10</sup>.

Essa, portanto, a moldura do tempo em que iria decorrer a primeira fase da vida franciscana de Mont'Alverne, e que, na verdade, era de lastimável situação religiosa, tanto por parte do clero, em muitas de suas principais figuras, regalistas e galicanos, como também por parte dos seculares<sup>11</sup> e da própria Corte<sup>12</sup>. Situação, todavia, em grande parte dissolvida e reedificada por figuras carismáticas, mas homens de seu tempo sócio-histórico, partícipes de uma inconsciência coletiva, dentre os quais, Mont'Alverne. Este, mesmo envolvido na inconsciência da época, ( cada período histórico tem lá a sua inconsciência e isto parece próprio do viver humano na história pessoal ou coletiva ), soube denunciar "a ruína dos costumes" e "máximas subversivas da sã doutrina" que corrompiam "uma mocidade ignorante e sem educação". Tal atitude é já o cintilar da consciência. Aliás, fontes fidedignas, humanas e fraternas, por serem boas críticas, de análises pacientes e demoradas, sem os requebros da frase exaltada, buscaram já a verdade e a justiça que lhe cabem. Há que ressaltar, não obstante, que a censura, sem a benevolência fraterna, torna-se odiosa, e imprudente na elevação pessoal de um indivíduo ou de um povo. Mas Crítica Filosófica não é censura<sup>13</sup>. Fazer Crítica é também fazer Filosofia.

Para aquele ambiente, portanto, preparava-se Mont'Alverne dando prosseguimento à sua formação intelectual e humana.

Findo o "Noviciado" ele não continuou de imediato o curso de Filosofia. O ano de 1803 passou-o no Rio de Janeiro, onde, dentre outras coisas, recebia aulas de eloquência sagrada. Só foi em 1804, com mais vinte e dois companheiros, que viajou até São Paulo a fim de iniciar os seus estudos filosóficos cuja duração seria de três anos.

O “Curso de Filosofia” compreendia a Lógica, a Matemática, a Ética e a Física. A Lógica e a Matemática estudavam-se no primeiro ano. As partes propriamente ditas do assunto eram sempre precedidas das respectivas histórias. Transpostos os prolegômenos da matéria, o professor passava às lições particulares da Lógica, explicando “as regras necessárias para conhecer a verdade”. Nesses termos, rezava o Estatuto: “Tenha muito cuidado ( o professor ) em lançar fora preceitos inúteis e questões frívolas introduzidas pelas Escolásticas, e também muitas Metafísicas conservadas por alguns vulgares modernos, e cuja verdade não se pode averiguar por falta de princípios certos”<sup>14</sup>.

A Ética, ou Filosofia Moral, aliado a esta, o Direito Natural, ocupavam o estudo do segundo ano. O terceiro ano era consagrado ao estudo da Física. Começava-se pela Geometria Elementar, depois seguia-se a História Natural e, por fim, a Física Experimental. Os Estatutos novamente advertiam a fim de que o professor não se demorasse em “averiguar as causas primordiais dos Fenômenos e efeitos da Natureza, por ter mostrado a experiência de milhares de anos ser esta uma empresa que excede os limites do humano entendimento”<sup>15</sup>.

Para os três anos de Filosofia havia um único professor. Somente por ele todas as matérias eram tratadas, em quatro aulas diárias. Mont’Alverne passou estes anos sob a direção do “culto Frei Inácio de Santa Justina Leite, homem de grande reputação na sociedade de seu tempo, como religioso e como sábio”<sup>16</sup>.

Não é de estranhar a ojeriza que os Estatutos demonstravam contra a Filosofia Escolástica, uma vez que foram baseados sobre a reforma pombalina dos estudos em Portugal. Ojeriza que marcará constantemente as aptidões filosóficas de Mont’Alverne. Por outro lado, convém não desconhecer o estado de descrédito a que chegara a Filosofia Escolástica, perdida em questiúnculas, em sutis escamoteações do pensamento, simples jogo de palavras, esquecida dos seus melhores mestres.

Aprovado em Filosofia, Mont’Alverne inicia, em 1807, a Teologia. Os estudos teológicos perfaziam-se também em três anos. Compreendiam a História Eclesiástica, o Dogma, a Moral, o Direito Canônico e a Exegese. Agora “sob a direção de quatro lentes, que recebiam a tradicional denominação, conforme o Ofício Divino, de Lente de Prima, Noa, Vésperas e Completas”<sup>17</sup>. A sua ordenação sacerdotal ocorreu logo a seguir a conclusão da Teologia.

## 2 – ROTEIRO HISTÓRICO DE SUAS ATIVIDADES

Uma vez ordenado padre, Mont’Alverne foi nomeado confessor dos seculares e, ao mesmo tempo, pregador e passante para o Colégio

de São Paulo. Dá-se, assim, início às duas maiores atividades de sua vida: orador e expositor de doutrina, o púlpito e a cátedra. "O púlpito, "pira em que arderam meus olhos" —, tornou-se a obsedante paixão consumidora de seu corpo; a cátedra de professor foi a sementeira por ele trabalhada e de onde saíram as primeiras levas de brasileiros ilustres, eclesiásticos e leigos, no alvorecer do nosso romantismo"<sup>18</sup>. De passante, repetidor de matéria, saiu eleito professor de filosofia para o mesmo Colégio, em abril de 1813. Jovem de vinte e nove anos, pesava-lhe a inteira responsabilidade do ensino; recebia a incumbência de manter com brilho uma cadeira de tamanha importância.

Neste cargo de professor de filosofia permaneceu até 1816, quando saiu nomeado para o ensino da Teologia, como professor de Dogma. Tarefa de pouca duração, por ter sido eleito Pregador Régio da Capela Real do Rio de Janeiro, neste mesmo ano.

Durante a sua estada em São Paulo, no Brasil começou a ecoar os primeiros e definitivos movimentos de libertação nacional. Com a chegada do Príncipe Regente, e com benefícios que daí advieram ao Brasil, principalmente a sua elevação a Reino, transportou-se de esperança a nação e a qual Mont'Alverne expressou, nessas palavras: "O Universo admira o lugar iminente, que nós vamos ocupar na ordem política. O grau de importância que o Brasil vai obter por sua elevação à categoria de reino, não deve escapar à vossa penetração ( sic ), e à vossa reconhecida inteligência. Uma colônia tão importante por sua posição topográfica, sua vasta extensão e seus imensos recursos; célebre por sua fidelidade, viu enfim restabelecida sua reputação, premiados seus serviços, assegurada sua preeminência por sua distinção digna de um grande povo. Chegou a época em que galgamos o degrau honorífico tão longamente aguardado. Abriu-se a mesma lice ao talento. Nós pretendemos, nós subiremos às honras com esta altivez, que distingue um povo livre. Ontem filhos mais moços de Portugal, somos hoje seus irmãos"<sup>19</sup>.

Nomeado pregador régio, Mont'Alverne transfere-se para o Convento Santo Antonio no Rio de Janeiro. Até morrer permanecerá no Rio, salvo os poucos anos de Guardião do Convento da Penha, no Espírito Santo.

Aliado ao seu ofício de Pregador Régio, Mont'Alverne foi nomeado, em 1829, professor de Retórica no Seminário de São José. Nomeação mais importante, porém, foi a que o levou à cadeira de Filosofia Racional e Moral, e de Teologia Dogmática, neste mesmo Seminário. Sem dúvida, por ser um homem de confiança e de talento, foi eleito, nesta mesma época, Examinador Sinodal.

Já em fins de 1834, quando começava a faltar-lhe a visão, e que em breve o levará à completa cegueira, Mont'Alverne sentira o desejo de abandonar o ensino e retirar-se para o Convento Santo Antonio. Antes

de terminar o ano de 1835, ele se retira, mas continuará lecionando no Seminário S. José até o final de 1836. Ensinou, portanto, conjuntamente, Filosofia e Teologia, desde maio de 1830 até o fim de 1831; e, só Filosofia, desde maio de 1830 até 1836. “No fim de 1836, escreve Mont’Alverne, terminaram todos os meus exercícios literários; e eu achava-me impossibilitado para empreender o mais insignificante trabalho”<sup>20</sup>. Em forma semelhante, escreverá, em 1842, num ofício dirigido ao Instituto Histórico da França, do qual foi sócio correspondente<sup>21</sup>: “Excessos literários, e as mais honradas fadigas arruinaram completamente o meu sistema nervoso: meu cérebro sofreu um abalo considerável, e apesar de todos os esforços da medicina, acho-me em um estado vizinho à morte e estou cego há mais de seis anos. Se a cegueira fosse o único de meus males eu teria suportado corajosamente: porém o estrago de minha saúde é tal que nem posso mesmo ouvir”<sup>22</sup>.

Antes, porém, em 1833, esteve Mont’Alverne empenhado, por ordem da Nunciatura, num projeto de reforma da Província Franciscana, tentando adaptar o ideal franciscano à realidade presente, casar as exigências desse ideal com as exigências da vida: aliar o ideal às contingências dos tempos, às variações das circunstâncias. É muito importante recordar, todavia, que, nesta mesma época, ele concluiu o seu “Compêndio de Filosofia”, manual de inspiração sensualista, que fora divulgado somente depois de sua morte, em 1859. Escrito, não foi revisto, por causa da perda de visão que o acometeu em 1837. Neste mesmo ano, ano em que Feijó entregou o poder a Araújo Lima, concluem-se as suas atividades, mas inicia-se uma nova fase de sua vida. De 1837 a 1858, ano de sua morte, permanecerá no mundo resumido do claustro.

### 3 – A ÚLTIMA FASE DE SUA VIDA

O ano de 1847 foi um ano de honrarias. Eleito sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aceita, com este agradecimento: “Alguma coisa fiz ou desejei fazer na minha vida para a ilustração do meu país, durante os trinta anos que ocupei o púlpito e a cadeira do magistério: alguma coisa fiz para a minha Pátria, porque vejo ocupando cargos de honra, científicos e literários, muitos dos meus discípulos...”<sup>23</sup>. Também a Academia Filomática do Rio de Janeiro, de que era presidente Manuel Araújo Porto-Alegre, passou-lhe diploma de membro honorário. A honra mais significativa, porém, chegou-lhe em 1848. A Sociedade Amante da Instrução conferiu-lhe o diploma de sócio honorário, e a Associação do Ensino Filosófico, fundada por Joaquim Pinto Brasil, coroou-lhe solenemente como “o maior e mais genuíno representante da filosofia no Brasil”. Diante de tal cerimônia e de tão glorioso título, assim se manifestou

Mont'Alverne: "Recebo uma coroa, eu a aceito; (...) é um penhor desta generosidade que transborda do coração destes moços a quem sempre amei, a quem sempre dirigi por o caminho da verdade". "... meus trabalhos não correspondem a esta auréola, que recebo no fim da minha vida. Parece-me que sou uma vítima enfeitada para a hora do sacrifício"<sup>24</sup>.

No meio a tudo isto, Mont'Alverne preparava a edição de seus Sermões. Não tanto por desejo seu, mas quase que exclusivamente por insistência de seus discípulos e amigos: "Desde que não foi possível induzir-se a pregar depois da perda de minha vista, um grande número de pessoas se reuniu aos meus amigos, para convidar-me a imprimir os meus sermões. (...). A dificuldade de impressão, a falta de recurso, a indiferença por toda sorte de empresas tipográficas, talvez mesmo a modéstia dos autores, impediam a execução destes projetos, que ilustram outras nações..."<sup>25</sup>. Gonçalves de Magalhães, seu particular amigo, que se alistara como aluno ouvinte em suas aulas de Filosofia, no Seminário S. José<sup>26</sup>, foi o maior incentivador do "Padre-Mestre". Desde 1834, escrevia-lhe de Paris: "Agora lhe peço que trate quanto antes de publicar alguns de seus excelentes sermões. Para serem considerados como monumentos de eloquência e de língua portuguesa só lhes faltam pequenos retoques nas frases, que no transporte do sublime escapam"<sup>27</sup>. A essa insistência de Domingos G. de Magalhães, somava-se a de Araújo Porto-Alegre: "A glória de nossa Pátria está unida à de seus filhos, e eu direi como o Domingos "manda o seu nome à posteridade na frente de seu livro"<sup>28</sup>.

Esta aventura exigia-lhe uma extraordinária força de vontade e de perseverança. A cegueira e a proximidade da morte dificultavam o seu trabalho<sup>29</sup> e, evidentemente, não tinha a mínima condição humana para dar aos seus escritos qualquer reformulação, por mais modesta que fosse: "... não posso ler Virgílio nem Racine; Homero está coberto de pó na minha estante; e os Cursos de Literatura são o pasto do bicho e das traças"<sup>30</sup>. Era demais o que se pedia de um velho cego e doente: "... não podendo mais contemplar as pompas da Natureza e a magnificência do céu brasileiro tão puro e tão sereno; emprego os momentos, que sobejam às minhas dores, em tecer com mão trêmula e mal segura, uma grinalda que pretendo pendurar no troféu erguido à Literatura Brasileira. Se porventura (...) o Anjo dos últimos momentos vier anunciar-me que o meu trabalho deve ficar para sempre interrompido, morrerei ao menos contente por não ter poupado algum esforço a fim de merecer a estima, e a consideração desta Pátria, a quem tanto amei, e por quem, posso dizê-lo, também sofri"<sup>31</sup>.

Mesmo sem a convicção de chegar ao fim, as suas "Obras Oratórias", em quatro volumes, vieram a lume nos anos de 1853 e 1854, editadas por Eduardo e Henrique Laemmert. Elas tiveram melhor sorte do que o seu "Compêndio de Filosofia". Em Portugal, Camilo Castelo Branco

e Antonio Feliciano de Castilho ocuparam-se em republicá-las. Mesmo aqui no Brasil saiu uma nova edição, logo nos primeiros anos do século<sup>32</sup>. De suas próprias "Obras Oratórias" Mont'Alverne não poupou um juízo crítico: "Se eu só tivesse consultado a minha consciência, teria entregue às chamas todos os meus discursos... Os que conhecem as críticas acerbadadas de Aristarco, e Zoilo contra Homero; os que têm lido as censuras feitas às orações fúnebres de Bossuet, e as imputações de plagiato dirigidas contra Flechier; deviam perder o desejo de publicar discursos medíocres, e tão defeituosos, quais os que determinei imprimir"<sup>33</sup>.

A sua última pregação remonta o ano de 1854. Levou-o novamente ao púlpito da Capela Imperial o próprio Imperador D. Pedro II, por ocasião das festividades de S. Pedro de Alcântara. Em princípio Mont'Alverne aceitou o convite, mas com o agravamento de sua enfermidade, através de uma carta, tentou dissuadir o Imperador: "(...). Empreguei na carreira do púlpito 26 anos; vinte foram consumidos na Capela Imperial; quatorze foram gastos no ensino da filosofia; servi o Soberano, glorifiquei a Deus, não fui inútil à Pátria. Senhor, não posso pregar o sermão de S. Pedro de Alcântara..."<sup>34</sup>. Apesar desta recusa, Mont'Alverne subiu ao púlpito. Foi um momento alto de sua vida, e assegurou definitivamente "a lembrança do seu nome"<sup>35</sup>. José de Alencar que o ouviu, assim o descreveu: "É um velho cego, quebrado pelos anos, vergado pela idade. Nessa bela cabeça quase calva e encanecida posa-lhe o espírito da religião sob a tríplice auréola da inteligência, da velhice e da desgraça. (...) O braço descarnado abriu um gesto incisivo, os lábios, quebrando o silêncio de vinte anos, lançaram aquela palavra sonora, que encheu o recinto, e que foi acordar os ecos adormecidos de outros tempos. Frei Francisco de Monte Alverne pregava!"<sup>36</sup>

Atacado de uma congestão cerebral, no 29 de novembro, veio a falecer a 2 de dezembro de 1858. Manuel Araújo de Porto Alegre, seu ex-aluno e particular amigo, foi quem lhe dirigiu o último adeus: "Não é o amigo que fala, é o discípulo encanecido; o discípulo que aprendeu, desta voz emudecida, o amor a Deus, a reconhecer na criação a idéia do Criador, o seu pensamento corporificado, vivido, procriador e admirável pelas leis eternas que o regulam. Ele não nos colocou diante da estátua de Condillac, e nem consorciou a nossa alma com a matéria organizada; não clausurou o espírito nos domínios da sensação, não; dele aprendemos a respeitar o justo, o santo, o consagrado e a ver no homem aquele homem de Pascal, o elo inteligente e progressivo daquela cadeia humanitária, que Vico divinizará e que Bossuet colocara nas mãos de Deus. (...). Adeus meu mestre e amigo: ... que tantos serviços tem feito à mocidade, às letras, à religião e à mocidade desamparada"<sup>37</sup>.

## 4 – OS DOIS MONT'ALVERNES

Pelo que até agora pudemos observar, e antes de se arriscar a qualquer juízo crítico, parece bom salientar a existência, por assim dizer, de dois Mont'Alvernes, ou melhor, de fases distintas na vida do orador.

Há que se distinguir o Mont'Alverne de antes da cegueira e o de após a cegueira. O de seu tempo sócio-histórico e o da história. O de seus alunos e o de seus leitores. O do professor, que dava vida às suas aulas e despertava o interesse filosófico em seus alunos, e o do escritor, efetivamente o dos "Sermões", já velho e cego, abatido pelo desgaste no tempo, entristecido com suas dores, encolhido em si mesmo, recolhido ao claustro e ao silêncio, com uma psique perturbada e senil.

Sylvio Romero, no seu ensaio crítico, "A Filosofia no Brasil", fez também questão de distinguir duas fases distintas na vida do orador sacro: "Mont'Alverne morreu em 1858, aos setenta e quatro anos, mas cegou em 1836 aos cinqüenta e dois. Nesta última idade já devia ter ele atingido, desde muito, o máximo grau de tensão e profundidade de seu pensar. Daí por diante só fez decair. Devemo-lo julgar até esse tempo e, quanto ao mais, deixar o velho pregador dormir tranqüilo sobre os louros de sua fecúndia. O seu livro foi meditado e escrito no período indicado de progresso e entra, portanto, no quadro da análise"<sup>38</sup>. Sylvio Romero se refere, evidentemente, ao "Compêndio de Filosofia"; escrito em 1833, somente fora publicado em 1859, sem receber aperfeiçoamentos devidos ou os cuidados necessários de revisão. "A redação de primeira mão e sem retoques, desse livro, e a interrupção de atividade que o acidente da cegueira acarretou, fazem da obra filosófica de Mont'Alverne um resultado bem abaixo dos ideais e das idéias que professou"<sup>39</sup>.

A distinção aplicada por S. Romero nos parece correta, do mesmo modo a idéia de que o frei grangeou fama de filósofo no professorado e no convívio, mais do que por seu compêndio.

A insistência de Domingos G. de Magalhães e de Manuel A. de Porto Alegre, a que publicasse os seus escritos, e a oração fúnebre do mesmo Manuel Araújo são testemunhas sinceras de como Mont'Alverne era prezado por ambos, e de como o frei e o professor haviam marcado uma presença significativa na vida dos dois literatos. Benefícios realizados por Mont'Alverne permaneceram vivamente depositados na memória dos contemporâneos e, principalmente, na daqueles que lhe ouviram as lições. Tomás Alves Júnior, uma década após a morte de Mont'Alverne, assim escrevera: "Ainda existem, nessa terra ilustre dos Andradas, testemunhas vivas e valiosas do saber profundo professado por Mont'Alverne nas cadeiras que lhe tinham sido confiadas. Ainda a tradição conserva intacta a memória dos bons serviços prestados à sociedade, à sua Ordem e ao seu país na cadeira do magistério pelo mui ilustre franciscano"<sup>40</sup>.

Mediante estes depoimentos, parece que há, de fato, uma real distinção entre a vida e os escritos de Mont'Alverne; estes, não representam aquela. "... Mont'Alverne não resistiu à passagem do tempo: a leitura dos seus sermões não nos dá aquela impressão que alguns depoimentos anotaram, de grandeza verbal impressionante, e o seu compêndio de Filosofia não resiste a uma análise mais atenta. Na época, porém, a ascendência intelectual do frade era enorme..."<sup>41</sup>. São os seus alunos que testemunham o seu "grande saber" e não a sua obra. Esta é pobre e nada revela de extraordinário. A sua obra, mais do que a "grandeza" do filósofo e do orador, revela, em muitos passos, um estado de ânimo; o homem Mont'Alverne que, apesar de sua cegueira e de suas dores, não perdera ( como Camilo Castelo Branco, p. ex. ) o ânimo de viver; revela, aliás, não os entusiasmos de um homem dado no presente, mas o homem satisfeito, ou consolado, ao se explorar no tempo.

No "Discurso Preliminar", que serve de prólogo às "Obras Ora-tórias", Mont'Alverne não fez nada mais que "historiar o seu passado" ( a expressão é sua ). E com razão. Explorando-se no tempo, revive reminiscências do passado que lhe foram depositadas na memória; esforçando-se por recordá-las, faz emergir na lembrança, num presente insignificante e sem paisagens, um passado tido como glorioso.

Ao que tudo indica, Mont'Alverne era cioso de seus próprios dons. Tinha de si mesmo alto conceito positivo e acreditava ter realizado grandes bens<sup>42</sup>. Mas o que se apresenta como orgulho, carente de humildade ou modéstia, pode revelar, entre outras coisas, a consciência de quem se sabia capaz de realizar algo que transcendesse a mediocridade, ou ainda, a convicção de quem não se reconheceu de todo inútil à sociedade e à vida. Há, todavia, quem adote tal atitude como método pedagógico, em força de dizerem-se capazes, acabam por conseguir um ideal estabelecido para a ação. Outros, jogam-se flores, simplesmente, como uma espécie de coroa de louros e que somente os ignorantes, em força de persuasão, acabam por lhes conceder. Enfim, é melhor escutar alguém falar das próprias virtudes do que se gabando dos próprios vícios. O que em Mont'Alverne se manifesta como narcisismo, demonstra, acima de tudo, uma característica própria do Romantismo, do qual ele foi, entre nós, precursor. Haroldo Paranhos, na sua "História do Romantismo no Brasil", fez, neste sentido, uma observação que merece destaque: "Não nos fartaremos de perdoar o sermônista fluminense, se nos lembrarmos que o seu desmedido orgulho não era, mais que um vício de escola, uma resultante do individualismo exagerado dos seus corifeus do que resultava em culto fervoroso à própria personalidade"<sup>43</sup>. Há que se ressaltar ainda que Mont'Alverne era afeito ao discurso do panegírico, ao falar de si mesmo, não se poupou alguns louvores. Dado

que o seu "Discurso Preliminar" está colocado na última fase de sua vida, pode-se até dizer, que ele vale uma psicologia, manifesta em muitos aspectos o estado psíquico e de introspecção de seu autor.

Pela pobreza de seus escritos, pelo seu envolvimento político e pelo seu jeito romântico de ser ( no sentido que acabamos de prefigurar ), Mont'Alverne foi muito judiado pela crítica.

Salvo algumas obras recentes de História da Filosofia, como, para citar um exemplo, "A Filosofia no Brasil", de Geraldo Pinheiro Machado, outras, também contemporâneas, como "As Idéias Filosóficas no Brasil", dirigida por Adolpho Crippa, trazem determinados passos que desfiguram, e em muito, a presença histórico-filosófica de Mont'Alverne. Estes passos concentram-se no artigo "O Iluminismo no Brasil", de D. Odilão Moura. Demonstrando pouca simpatia para com o frei e para com o clero da época, D. Odilão apresenta Mont'Alverne como uma "figura estranha", cortesão que embevecia "as mediocridades palacianas de Dom João VI e de Dom Pedro I com as suas altissonâncias vazias, que facultavam ao clero sabujo e pomposo daqueles tempos o título de "Orador Imperial""<sup>44</sup>. Mesmo o que possa apresentar-se como crítica filosófica, no artigo de D. Odilão, é destituído de valor: "Frei Francisco do Monte Alverne, cuja riquíssima vaidade não conseguia esconder sob o paupérrimo burel, decantado pela sua retórica oca, tinha pretensões filosóficas, passando-se de Condillac com armas e bagagens para Victor Cousin"<sup>45</sup>. Se, com este juízo, ao pretender recompor "As Idéias Filosóficas no Brasil", D. Odilão Moura parece banir da história o seu irmão frade, por outro, como que tentando recuperá-lo, apresenta-o ( mesmo que depreciativamente ), como o primeiro representante da "nova mentalidade pombalina", — esta, que não conseguira de pronto derrubar "o milenar edifício escolástico" —, e como alguém que atuou "eficazmente na cultura brasileira"<sup>46</sup>.

A verdade é que todos os historiadores ou críticos da Filosofia no Brasil, reservam sempre, de qualquer forma, um espaço para Mont'Alverne. Ao lado de um juízo depreciativo, reservam sempre um lugar para palavras de louvor. O próprio Leonel Franca, nas suas "Noções de História de Filosofia", deixa transparecer este contraste. Por um lado, assim diz de Mont'Alverne: "o que era mímica de palavras e harmonia de eloquência pareceu-lhe solidez e profundidade de pensamento"<sup>47</sup>; por outro, "Apesar disso ( ou seja, de seu nenhum valor como pensador ) ainda nos domínios da filosofia, o ilustre franciscano exerceu, entre nós, salutar influência. O prestígio do seu nome, a força do dizer, e, sobretudo, a ação do seu magistério despertaram entre os jovens da nova geração o amor das ciências especulativas e o entusiasmo pelos ideais elevados do espiritualismo"<sup>48</sup>. Já a crítica literária, em muitos aspectos, parece mais amadurecida, evitando, inclusive, esses contrastes.

Mont'Alverne optou na vida. E, no dizer do Prof. Miguel Reale, "Viver é optar, decidir-se, a todo instante, por esta ou aquela via de ação..."<sup>49</sup>. O seu posicionamento filosófico foi uma opção. Talvez nem tão livre como possa parecer, ainda mais que Antonio Paim, pela sua pesquisa e análise, nos assegura que é impossível ignorar uma "profunda identificação do ecletismo com o espírito nacional em processo de estruturação"; ou, ainda: "A ascendência do ecletismo deve ser atribuída sobretudo ao ambiente político nacional mas também à influência de Silvestre Pinheiro Ferreira..."<sup>50</sup>. Silvestre P. Ferreira, em cuja obra Mont'Alverne se inspirou amplamente para a feitura de seu "Compêndio de Filosofia".

Se, como frade e como homem de seu tempo sócio-histórico, demos a Mont'Alverne o direito de opção filosófica, e de não optar exclusivamente pela escolástica, demos-lhe também, e em tempos de abertura, o direito de opção política, apesar de seu burel de franciscano<sup>51</sup>. "Como boa parte do clero, Monte Alverne, embora não figurasse como expoente nos movimentos políticos da época, havia abraçado o partido liberal moderado, ou monarquista, que tinha na "Aurora" órgão de propaganda e defesa, a cuja frente batalhavam o grande Evaristo da Veiga e muitos outros entre os quais o poeta Odorico Mendes"<sup>52</sup>.

O seu posicionamento político associava-se ao daqueles que reivindicavam um governo liberal em oposição a um governo absoluto que, no seu entender, "seca todas as fontes de riqueza política".

A sua posição política manifesta-se com clareza, na festa em Ação de Graças no aniversário do juramento da Constituição aos 25 de março de 1831<sup>53</sup>.

O seu discurso é o de um liberal monárquico, em defesa de uma "monarquia hereditária constitucional". Era através de um governo monárquico constitucional que ele acreditava ser possível equilibrar e conter as forças diversas de uma nação tão extensa como o Brasil. E a sua oração política orientava-se neste sentido: "Uma constituição que aperte num só feixe todas as partes deste grande todo, que concilie todas as ambições particulares, com o fim grandioso da utilidade comum pode só deixar em legado à posteridade uma nação forte, respeitável, feliz e poderosa. É um erro imperdoável afrouxar os laços que devem estreitar as nossas províncias. Demovei-as da necessidade de um governo central (...) e vereis este povo ligado por a mesma linguagem, as mesmas usanças, e a mesma religião, dividido em outros tantos Estados rivais, que, depois de dilacerados, e enfraquecidos, serão o despojo do estrangeiro, ou a vítima do despotismo militar... Um só vínculo aperte todas as províncias do Império; um só pensamento reúna todos os brasileiros em torno da monarquia hereditária constitucional; e o mais bem fundado orgulho desperte o

amor desta constituição, em que se acham consignadas as garantias sociais<sup>54</sup>.

O seu discurso político alevanta-se, portanto, em favor de um povo que viva livremente em sociedade, sem opressão, sob um governo que combine “a severidade da lei” com “a dignidade do homem” e que, enfim, equilibre a “balança social”. Nele, exalta uma proposta de organização social, expressa nestes termos: “A criação dos conselhos provinciais, a organização das câmaras municipais, a instituição dos jurados, o estabelecimento dos juizes de paz afiançam ao Brasil uma estabilidade tão sólida, e tão duradoura, que frustraria os ardis de todos os seus “inimigos”<sup>55</sup> .

Ao mesmo tempo que Mont’Alverne exalta a liberdade constitucional como uma conquista e espanca a tirania de um governo absoluto, — “o Brasil não quererá mais um déspota: o reinado da escravidão passou para não voltar mais” —, não poupa louvores à grandeza de D. Pedro I: “Foi sem dúvida um dos mais soberbos triunfos da filosofia ( ? ) a aquisição dum príncipe que, recebendo o cetro e a coroa das mãos dum povo, que ele mesmo libertara, proclamou a soberania popular, resolveu a teoria da legitimidade e completou o grande ato da independência do Brasil, oferecendo-lhe uma constituição...”<sup>56</sup>.

Prosseguindo no seu Discurso, Mont’Alverne faz uma advertência que ainda hoje bem merece ser lembrada: “A força cede a inteligência. A opinião pública alui os alicerces do poder efêmero dos déspotas; e a imprensa fortalece a nova rainha do mundo, para aterrar esses opressores subalternos, que em nome dos reis votam às suas paixões, e à sua imbecilidade súditos, que valem mais que seus tiranos”. Mas a força está na inteligência<sup>57</sup>, necessitava, portanto, dar à opinião pública este poder. Sendo assim, o governo monárquico, além de regido por uma constituição, seria controlado por uma “opinião pública” esclarecida: “Nunca um país constitucional possuirá uma representação corajosa, e verdadeiramente livre, enquanto o povo, sacrificando paixões mesquinhas, prescrevendo escritores ignorantes, ou corrompidos, não confiar à moralidade sua honra, e sua glória. Nunca será possível obter defensores denodados, que repilam a agressão estrangeira, e vinguem a majestade nacional, enquanto o povo não apreciar o verdadeiro merecimento, enquanto não antepuser o bem de sua Pátria aos enlevos da amizade, e não se lembrar que, desonrado o seu governo, cobrindo de lodo aqueles mesmos que colocara à sua frente, desonra a si próprio; e revela sua inconstância, e dá a conhecer a sua imbecilidade por ter ele mesmo escolhido para governá-lo homens sem fé, e dissolutos”<sup>58</sup>.

A severidade dessas suas palavras, que já não pertencem ao Discurso de 25 de março, mas ao de 28 de maio de 1833, na Capela Imperial, a propósito da eleição de um senador, aliada à força do dizer, contrasta com outro passo menos tenso, e que é um apelo à paz e à

concordia: "Celebrai, senhores, tão importante festividade ( a da Ressurreição ) nos ósculos da paz e nos abraços da fraternidade. Oh ! e nunca estes votos foram mais ardentes no meu coração, como nesta época, em tantas prevenções, tantos ódios, e tantos amores próprios se tem exacerbado para precipitar-nos em todos os horrores da anarquia, e levar a desesperação ao seio da Pátria, que tanto deve esperar de seus filhos. Quando ainda necessitamos de valor, e de coragem para escaparmos do abismo que nos ameaça tragar; quando um futuro sinistro acaba de colocar-se diante da perspectiva risonha, que outrora embalara as nossas esperanças; só idéias generosas, grandes e fraternais nos podem arredar dos males da guerra civil e assegurar ao país sua verdadeira grandeza. Se consultardes o vosso coração, encontrareis estes nobres sentimentos; e a Religião, santificando vossas virtudes cívicas, acabará por aplaudir os triunfos, de que ela pode com justiça gloriar-se"<sup>59</sup>.

A atitude de Mont'Alverne frente à situação política reflete bem o momento sócio-político da época. Chama constantemente a atenção de seus ouvintes para o momento de instabilidade política a que o país estava vivendo, alerta para os perigos de uma dominação estrangeira e engrandece a figura do imperador como aquela em torno da qual fazia-se possível a consolidação da ordem e da disciplina: "A perda do imperador, afrouxando todos os vínculos sociais, abria uma vasta arena a empresas temerárias; e despertando projetos criminosos, com dificuldade oprimidos, ou lançaria o Brasil nos ferros da dominação estrangeira, ou, o que parece mais certo, faria com que o Brasil aterrado com a perspectiva de um servilismo, que jamais poderia suportar, se lançasse nos braços da demagogia, que, depois de o retalhar, destruísse com o seu nome sua invejável grandeza"<sup>60</sup>.

Dois são os termos fundamentais de seus discursos político-sociais: amor à Pátria e amor à Religião. Vinculados a esses, Ciência e Liberdade, como formas de esclarecimento político e fortalecimento moral. A sua atitude política, porém, parece não se opor à consciência de seu momento sacerdotal; antes, era parte integrante de um projeto de vida. Ela vem expressa neste fragmentado depoimento: "... advogando sempre a causa do meu país, sem seguir a causa de algum homem (...) confesso que nunca fui iniciado nos altos segredos da política (...) mas é porque devo advogar a causa de meu país; porque devo zelar os interesses da sociedade..."<sup>61</sup>.

## 5 -- MONT'ALVERNE: O EXPOSITOR DE DOUTRINAS

Mont'Alverne representa o alvorecer do nosso romantismo<sup>62</sup>, ou ainda o incentivo do chamado ecletismo espiritualista que encontrou em Domingos José de Magalhães o seu maior expoente.

O ecletismo foi a corrente filosófica que dominou o pensamento brasileiro dos meados do século XIX. E, "ao que tudo indica, ressalva Antonio Paim, foi o espiritualismo de base psicológica a parcela do ecletismo mais difundida no Brasil"<sup>63</sup>.

Ele não surge como movimento isolado, mas como foco de irradiação. Passa, portanto, por duas fases: a daqueles que se preocuparam em difundir-lo e, subsequentemente, a dos que cuidaram de estruturá-la, ou seja, esforçaram-se no sentido de conquistar novos adeptos e fazer escola.

Temos, pois, no Brasil, dois pólos de inflexão eclética, nas duas principais províncias do império: Rio de Janeiro e Bahia. Na do Rio de Janeiro destacam-se Mont'Alverne e Domingos de Magalhães; na província da Bahia, Frei José do Espírito Santo, Salustiano José Pedroza e Eduardo Ferreira França<sup>64</sup>.

Mont'Alverne e Espírito Santo pertencem à primeira fase. Ambos se ocuparam em expor as doutrinas da escola eclética, fundada na França por Victor Cousin ( 1792 – 1867 ), que se costumava proclamar discípulo de Royer-Collard. Domingos de Magalhães e Salustiano Pedroza trabalharam no sentido de fazer escola. Eduardo Ferreira França, com o seu livro "Investigações de Psicologia", ( 1854 ), elaborou uma espécie de "documento-síntese" da fase de formação do movimento eclético na Bahia<sup>65</sup>.

Tudo faz crer que Mont'Alverne foi o introdutor de doutrinas da escola eclética, no Rio de Janeiro. Sendo que Domingos de Magalhães, o seu mais devotado discípulo, foi o grande mentor desse movimento de idéias. Se bem que, a pesquisa de Cleusa Capalbo pode, em parte, parecer desmentir esta afirmação: "A filosofia desta época será marcada pelo ecletismo francês. Assim, Mont'Alverne confessa-se adepto da filosofia de Victor Cousin, embora por aceitar a obra de Genovesi, deixe-se influenciar pela síntese que este autor tentara empreender do empirismo e do racionalismo, o que na época de Mont'Alverne significava síntese de Locke, do sensualismo de Condillac e da razão pura de Kant. Um dos seus discípulos, Domingos José de Magalhães, será o introdutor do ecletismo espiritualista no Brasil"<sup>66</sup>. Já Antonio Paim, na introdução à "Corrente eclética na Bahia", bem como no seu artigo "Gonçalves de Magalhães e o apogeu do ecletismo brasileiro", deixa a entender que fora Magalhães a introduzir Mont'Alverne na filosofia eclética. No seu artigo, aliás, parece disposto a adotar este ponto de vista, quando diz: "A julgar pela correspondência que manteve com o mestre (...) pode ser-lhe atribuído o contato de Monte Alverne com a filosofia eclética"<sup>67</sup>. É curioso notar, todavia, que na introdução do livro dirigido pela Profa. Celina Junqueira, A. Paim cita Roque Spencer Maciel de Barros para dizer que Magalhães chegara à França em

setembro de 1833 e em março de 1834 revelava-se entusiasta do ecletismo. Mais curioso ainda é que em 1833, Mont'Alverne conclui o seu "Compêndio de Filosofia" e nele manifesta-se conhecedor da filosofia eclética de Cousin.

Mesmo que poderia ser assim como diz Cleusa Capalbo e Antonio Paim, é de se acreditar, todavia, e assim também se expressou Alfredo Bosi, na sua "História concisa da literatura brasileira", Mont'Alverne foi "quem primeiro sentiu a inflexão espiritualista da Europa romântica, e quem nos trouxe os primeiros ecos do "gênio do cristianismo", e da filosofia eclética de Cousin"<sup>68</sup>. Entretanto, se atribuímos a Mont'Alverne os primeiros ecos da filosofia eclética no Brasil, e se, em contrapartida, atribuímos a Magalhães o apogeu do ecletismo brasileiro, parece sensato conceder a ambos o que possa parecer mérito em tal empenho.

Educado conforme os ensinamentos das "Institutiones philosophiae ad usum seminariorum et collegiorum", de Para Du Phanjas, para quem a escolástica era uma filosofia bárbara e tenebrosa<sup>69</sup>, Mont'Alverne tomou como referência as fontes que a reforma pombalina do ensino facultava, fazendo, por sua vez, do sensualismo de Condillac, em mistura com o empirismo de Locke, modelo de sua primeira opção filosófica. Convocado a assumir a cadeira de filosofia, logo a seguir a conclusão de seus estudos, não fez que reproduzir, de início, o que provavelmente assimilara em sala de aula.

Frei Roberto Lopes, na biografia dedicada a "Monte Alverne", cita longamente um trecho de uma cópia da aula inaugural. Através dele fez-se possível adentrar aos princípios filosóficos que nortearam a sua formação e, inclusive, alimentaram a filosofia do seu tempo.

A sua aula inaugural manifesta a assimilação de uma doutrina mais próxima ao sensualismo<sup>70</sup> de Condillac do que propriamente ao empirismo de Locke. Dito isto, parece bom salientar que Locke não é um sensualista propriamente dito, uma vez que a sua grande e constante tese é que as nossas idéias nascem da experiência<sup>71</sup>, e que, portanto, não existem idéias inatas; mas, para ele, o princípio de qualquer conhecimento, fundado sobre a experiência, é a percepção imediata. A sensação, conseqüentemente, ou é a percepção mesma, ou então é mero fato fisiopsíquico desinteressado.

A diferença fundamental entre Locke e Condillac parece ser esta: enquanto Locke antepõe a percepção, primeiro passo originário do conhecimento, à sensação, Condillac move-se num terreno oposto, parte da sensação para alcançar o que para Locke fora o ponto de partida. A percepção que Locke faz resultar em idéias, Condillac a limita em sensações. Todas as idéias que, para Locke, derivam da sensação, ou da reflexão, para Condillac derivam exclusivamente da sensação. "Locke, escreve Condillac, distingue duas fontes de nossas idéias, os sentidos e a reflexão. Seria mais

exato não reconhecer senão uma, seja porque a reflexão em seu princípio não é mais do que a própria sensação, seja porque ela é menos a fonte das idéias do que o canal pelo qual elas emanam dos sentidos<sup>72</sup>.

Além do empirismo, há em Locke uma vertente idealista. Duas, portanto, as suas teses fundamentais: uma, de que a grande fonte de nossas idéias, bastante dependente de nossos sentidos, dos quais se encaminham para o entendimento, é a sensação; outra, a fonte pela qual a experiência supre o entendimento com idéias é a percepção das operações de nossa própria mente<sup>73</sup>. Esta última tese, portanto, que faz da reflexão uma fonte de conhecimentos, ou seja, que observa uma associação pensante de idéias como possibilidade de geração de uma nova idéia, Condillac a exclui. No entanto, ele é um analista do pensamento de Locke. No seu "Ensaio sobre as origens do conhecimento humano", mesmo que concorde quase que totalmente com as idéias expostas por Locke no "Ensaio acerca do entendimento humano", manifesta, todavia, discordâncias nos domínios da teoria do conhecimento e da psicologia. E foi neste paradoxo da concordância e da discordância que Condillac encontrou luzes para a elaboração de sua obra principal, o "Tratado das Sensações" e estabeleceu para si o empenho de formular uma psicologia e uma teoria do conhecimento sensualistas e de desenvolver uma teoria da linguagem e uma lógica.

É neste ambiente de idéias, portanto, que convive, por assim dizer, a aula inaugural do nosso Mont'Alverne. Nela, aliás, há uma clara opção sensualista. O conhecimento humano, que ali investe uma concepção antro-po-gnosiológica, depende exclusivamente das sensações. Assim se expressou Mont'Alverne: "O homem não existe, não obra, não pensa senão por sensações...".

Na verdade, pela exposição de Mont'Alverne, parece difícil, senão impossível, imaginarmos um ser humano, a sua existência e a sua ação, desprovido de todos os sentidos, conseqüentemente, das sensações. O que seria de fato este homem sem essa capacidade de comunicação entre si e o mundo, entre o ser e o outro? Talvez por querer responder a esta questão, Protágoras afirmou que "a alma não é nada mais que sensações". Retirando no homem as sensações, retirar-lhe-ia então a "alma", anular-se-ia o seu ser mental. Mas o nosso Mont'Alverne é bem mais categórico: "elas ( as sensações ) são para ele ( o homem ) a origem e o móvel de tudo". Tão categórico, que chega a ver na exclusão das "sensações" a anulação da origem e do movimento; visiona um caos portanto, ou seja, a não existência. Outra origem que se anula é a das idéias, outro movimento, é o das operações mentais. Assim, continua o professor em sua aula: "... ele separa recebendo-as, ele reúne a si idéias que ele tem guardadas, compõe juízos ou ratifica considerando estes objetos com mais atenção ou inteligência". A expressão "que ele tem guardadas", parece sugerir a concepção condillaquiana de memória, entendida como resultado da permanência,

que requer atenção, ou como um simples modo da sensação. Em Locke, a memória, que faz o registro do tempo, se “assemelha a um armazém de idéias”. Para ele, “nossas idéias são apenas percepções presentes na mente, deixando de ser algo quando não percebidas. A conservação de nossas idéias no depósito da memória nada mais significa do que isto...”<sup>74</sup>.

Mas se o conhecimento humano fosse exclusivamente um conhecimento sensitivo, no sentido de destituído de qualquer outra posterior atividade mental, o homem assevera Mont’Alverne, não seria em nada distinto dos animais. Os elementos tidos como “objetos” da sensação, são, pelo homem, considerados com atenção ou inteligência. “É por isso, prossegue o frei, que ele chega das idéias individuais às idéias gerais, das primeiras relações recebidas à lição dos resultados mais afastados, que ele avança por todos os conhecimentos por meios que abreviam o estudo, que ele ordena os que têm adquirido de maneira que possa abraçar com uma vista ao mesmo tempo mui vasta, e mui clara, enfim que de um ser todo ffsico, como os outros animais, ele vem a ser um ente moral que reina sobre a Natureza pela energia dos seus sentimentos e elevação de seus pensamentos”.

A passagem das idéias individuais a idéias gerais, é um princípio condillaquiano. Ele entende que as nossas primeiras idéias são sempre idéias individuais, uma vez que “na natureza existem apenas indivíduos: portanto, nossas primeiras idéias só são idéias individuais, idéias deste ou daquele objeto”<sup>75</sup>. O indivíduo é levado a generalizar naturalmente, sem intenção de generalizar e sem notar que generaliza, “porque lhe é mais cômodo se utilizar de um nome que sabe do que aprender outro”<sup>76</sup>. O nome “árvore”, por exemplo, ele o denomina a uma, duas, três, enfim, a todas as plantas que lhe parecerão semelhantes. Generalizará em tal ordem que denominará “árvore” a tudo aquilo que denominamos “planta”.

Apesar disto, isto é, de Mont’Alverne seguir com certa fidelidade determinadas doutrinas sensualistas de Condillac, de adotar, inclusive, a sua tese fundamental de que o conhecimento humano somente se processa pela sensação, há elementos, em sua aula, que nos levam a crer que ela não seja uma exposição sensualista ortodoxa. A tese fundamental é de Condillac, mas não o são determinados aspectos da exposição no seu geral. Binômios, tais como “atenção-inteligência”, “sentimento-pensamento” não parece que se constituam em doutrina castiça condillaquiana. E vejamos por que:

Para Condillac “perceber ou sentir (...) é a mesma coisa”<sup>77</sup>. O mesmo não ocorrera para Locke. Ao binômio “perceber-sentir” ele acrescenta outro, “perceber-pensar”. No primeiro binômio, ou seja, na pura e simples percepção, o espírito, de ordinário, é somente passivo, não podendo nada mais que perceber aquilo que percebe. É sobre este primeiro binômio, e neste sentido, que se desenvolve o “Tratado das sensações” de

Condillac. Nele, a inteligência é tão passiva que a reflexão se confunde com a própria sensação. "A sensação, escreve Condillac, depois de ter sido atenção, comparação, juízo, ainda se torna portanto a própria reflexão"<sup>78</sup>. Já o binômio "perceber-pensar" não aparece em Condillac, uma vez que são os sentidos que instruem e não propriamente o "pensar" no sentido da "reflexão" lockiana. Para este, a inteligência opera sobre a percepção considerando uma coisa com certo grau de atenção voluntária, e é assim que se tem aquela operação do espírito sobre as próprias idéias e que habitualmente se diz "pensar".

O empirismo inglês de Locke e o sensualismo iluminista de Condillac se conflituam na aula inaugural do nosso Mont'Alverne. Se bem que o conflito será uma característica especial de seu "Compêndio". Nele encontraremos, por exemplo, uma compreensão tradicional do conhecimento humano, tal como esta: "... eu me asseguro, escreverá Mont'Alverne, que meu entendimento nada cria, mas que ele obra sobre o que está criado"<sup>79</sup>. A sua compreensão é negativa, não construtiva, "fiel ao conceito tradicional do intelecto como faculdade destinada a apreender o real tal como é dado originariamente ao espírito, num ato de adaptação ou adequação às coisas"<sup>80</sup>.

Mas prosseguindo na análise de sua aula inaugural, vemos que Mont'Alverne, após afirmar que o conhecimento sensitivo humano, pelo sentimento e pelo pensamento, assume outras configurações distintas das dos animais, observa, logo a seguir, que o reinado humano sobre a Natureza não é ilimitado: "... há na Natureza uma multidão de objetos que escapam aos nossos sentidos, ou em toda a sua extensão, ou em suas partes". Quais são estes "objetos", ele não os define, somente se limita em afirmar que "Nossos conhecimentos seriam bem limitados se não pudéssemos estender sobre eles nossa atenção e nossas observações". Exposição pouco clara e indefinida, dado que tais "objetos", segundo a sua explanação, escapam de nossos sentidos, mas não da atenção e da observação. Observe-se também aqui, o termo "atenção" entendido mais segundo a doutrina de Locke do que propriamente a de Condillac.

O que se segue em sua aula persiste no conflito. Entretanto serve-se da "Lógica" de Condillac a fim de estatuir três princípios do conhecimento humano: a análise, a analogia e a experiência.

Para o sensualista francês, "a análise é um método que aprendemos da própria natureza"<sup>81</sup>; considerada em seus meios e seus efeitos, ela se reduz em uma língua bem-feita. Ela é o único método para adquirirmos conhecimento, e é por ela e só por ela que nos instruímos<sup>82</sup>. Mas no "Tratado das sensações" ele nos diz que são os sentidos que nos instruem. Sendo assim, a análise nada mais é do que a observação atenta dos sentidos. E, como tal, a fim de se evitar "raciocinar segundo falsas hipóteses" e,

sim, segundo a observação, faz-se necessário" consultar a experiência e a analogia"<sup>83</sup>.

Mont'Alverne segue fundamentalmente o arcabouço da Lógica condillaquiana. Após, como vimos, constatar, de forma imprecisa aliás, os limites da sensibilidade humana e as possibilidades de sua superação, dedica alguns parágrafos à exposição do exercício do conhecimento humano: manifesta a sua compreensão do que seja a análise, a analogia e a experiência, e de como elas se articulam entre si. Como em Condillac, é a análise quem tem a primazia, algo que vem em socorro das limitações dos nossos sentidos. Assim ela é entendida por Mont'Alverne: como um "dom que temos recebido de penetrar de alguma sorte no interior das coisas pelo exame detalhado de suas partes... Decompondo os objetos, nós percebemos que por toda a parte em que os efeitos são os mesmos as causas são iguais; esta observação nos guia para julgar das coisas que nós não podemos analisar com inteira exatidão. Não podendo estudá-las bem em sua natureza, nós as comparamos com aquelas que conhecemos melhor e nós concluímos de umas às outras pela analogia.

"Esta operação de nosso espírito menos direta, menos natural, de alguma sorte é também menos perigosa. Nós devemos temer sem cessar pensar além da medida das relações da coisa conhecida à desconhecida, nós arriscamos a cada instante supor numa o que não existe na outra. Com uma grande circunspeção no uso da analogia e uma inteira retidão no da análise, nós não poderíamos garantir do erro.

"Desgraçadamente esta circunspeção e esta exatidão são muito grandes perfeições para nossos espíritos sempre vizinhos ao erro pela influência de nossas paixões e pelos limites de nossas faculdades. Mas ainda nos é dado conhecer nossos erros, marcar as causas e procurar os meios de as evitar. Nós devemos pois sem cessar chamar a experiência em nosso socorro e aproveitá-la".

Análise, analogia e experiência são, portanto, entendidas por Mont'Alverne como três "operações" do espírito humano. E, para bem exercitá-las, admoesta a seus alunos da necessidade de se empenhar a inteligência, pulsar as potencialidades do espírito, a fim de não se viver em vão. E é bem assim que ele conclui: "Todo o emprego de nossa inteligência a estas três operações, elas firmam todos os nossos meios de abraçar a natureza nas nossas contemplanções, de as submeter às nossas necessidades, a nossos desejos, e de pulsar tão longe a potência de um ser que nasce tão fraco e vive tão pouco".

Mas a sua aula não termina aqui. Ela continua. São duas páginas de meditada síntese. De difícil compreensão sem dúvida, para alunos que fossem ( pode ser que os alunos da época lessem mais do que os de hoje, a dificuldade das fontes talvez aguçasse o interesse pela leitura ) pouco versados à leitura de Locke e Condillac.

Continuando sua aula, Mont'Alverne passa a historiar os caminhos percorridos pela inteligência humana nos domínios da Filosofia, e ao desenvolver um paralelo entre a filosofia antiga e a nova, esta superior àquela, não oculta suas queixas contra a Escolástica: "Todas estas confusas noções, diz Mont'Alverne, que eles ( Platão e Aristóteles ) haviam estabelecido e não serviam mais que a alimentar este furor com que os homens disputavam sobre objetos sagrados e deram nascimento à Escolástica que tudo tem alterado nas coisas divinas e tudo tem retardado nas ciências humanas".

Além desta crítica, que bem mereceria uma fundamentação histórica adequada a fim de testar a sua validade, destaca a presença positiva de Descartes na história do filosofar: "Descartes apareceu e a revolução necessária chegou"; ao mesmo tempo que não lhe poupa a sua crítica: "contente de ver e pensar por si só, ele cuidou menos em observar os fenômenos da Natureza do que em adivinhar as causas"<sup>84</sup>. Fenômenos e adivinhação recebem em Condillac os seguintes tratamentos, que se constituem num momento de crítica, em sua Lógica: "A análise só nos dá idéias exatas na medida em que nos mostra nas coisas apenas o que vemos. É preciso nos habituarmos a ver apenas o que vemos. Isto é difícil para a maioria dos homens, até mesmo para a maioria dos filósofos. Quanto mais se é ignorante, mais se é impaciente para julgar; acredita-se saber tudo antes de ter observado e dir-se-ia que o conhecimento da natureza é uma espécie de adivinhação que se faz com palavras"<sup>85</sup>. "No entanto, se observarmos bem, descobriremos fenômenos; vemo-los com uma seqüência de causas e efeitos, constituírem diferentes sistemas e fazemos idéias exatas de algumas partes do grande todo. É desta maneira que os filósofos modernos fizeram descobertas que não se teria julgado possíveis alguns séculos antes, e que fazem presumir que se pode fazer outras"<sup>86</sup>.

Todo este entusiasmo de Mont'Alverne pelo sensualismo de Condillac irá paulatinamente se arrefecer, na medida em que, como professor no Seminário São José do Rio de Janeiro, adentrar-se-á no pensamento eclético de Cousin.

O Cônego Pinheiro, na sua "Biografia de Frei Francisco do Monte Alverne", e o próprio Gonçalves de Magalhães, nos dão, desse tempo, a seguinte descrição: "Reinava Condillac, representado por seu hábil intérprete Frei José Policarpo de Santa Gertrudes, quando subiu Mont'Alverne à cadeira do Seminário de S. José. Numerosos adeptos contava a escola sensualista, que parecia dominar sem rival, e até nos claustros, como vimos, contava com esforçados campeões. Não trepidou o sábio franciscano em enristar a lança para rebatê-la, esmagando com sua locução brilhante as objeções de seus contrários e mostrando-lhes o despenhadeiro do materialismo em que iriam precipitá-los suas doutrinas. Grupavam-se em torno de sua cadeira mancebos sequiosos de saber e solícitos copiavam suas

apostilas, explanando ou contradizendo o caduco Genuense<sup>87</sup>. “Como professor, lembra Magalhães, devendo ensinar a moços apenas saídos das aulas de Latim e de Retórica, seguia os compêndios de Genuense, cujas deficiências supria com apostilas manuscritas, que dava a copiar aos discípulos<sup>88</sup>.”

Este é o momento em que Mont’Alverne assume uma postura crítica perante a doutrina sensualista. Sobre este momento parece muito correto o que diz dele, Miguel Reale: “Antes de tornar-se adepto do espiritualismo de Cousin, é provável se tenha valido de idéias esparsas de Kant para, nas aulas, “enristar lanças”, como disse o (...) cônego Pinheiro, contra o empirismo filiado de Locke e Condillac, mas deve ser excluída qualquer opção pela Filosofia crítica, nos termos em que (...) o fizeram Feijó e Martim Francisco Ribeiro de Andrade<sup>89</sup>.” “De mais a mais, não se pode afirmar que Monte Alverne tenha perfilhado a diretriz do pensamento kantiano, não só porque o seu compêndio nada o revela, como também porque o seu antigo discípulo, Gonçalves de Magalhães, não teria deixado de salientar aquela ocorrência, nas comovidas páginas dedicadas a quem fora seu iniciador nos estudos filosóficos, no Rio de Janeiro, em 1832<sup>90</sup>.”

Quem melhor nos garante ter Mont’Alverne professado as doutrinas do ecletismo de Cousin, é o seu próprio “Compêndio de Filosofia”. O seu “Compêndio”, que reflete muito bem o empenho conciliador em que vivia o Brasil independente, ou melhor, e como já fizemos questão de salientar, é o testemunha de um conflito: nele coexistem parentescos do empirismo de Locke com o sensualismo de Condillac, “os motivos do sensismo de Condillac com os propósitos superadores do ecletismo de Cousin<sup>91</sup>”. Ele próprio teve consciência deste fato, e fez questão de salientá-la, nestes termos: “Vê-se pois que o meu sistema é o sensualismo; mas depois do aparecimento do idealismo, o sensualismo não se pode manter seguro nos seus domínios exclusivos. (...) O sensualismo e o idealismo, a escola de Locke e a filosofia escocesa deram-se as mãos; e a razão pura de Kant sentando-se no lugar da reflexão de Locke, ofereceu os verdadeiros elementos do espírito humano, as legítimas fontes das idéias, e resolveu os mais difíceis problemas da psicologia, que dividiam o mundo filosófico. Felizmente, para mim, a teoria das forças e da atividade da alma, das sensações, da atenção, baseando-se no elemento idealista, apartaram-se bastante da escola sensualista. Mas a teoria da reflexão e da origem das idéias oferece o lado vulnerável do sensualismo. É o que demonstrou Cousin na sua análise ou ensino sobre o Entendimento Humano de Locke, e em outras obras. (...) Eu forcejarei entretanto por aproveitar o que ele tem feito...”<sup>92</sup>.

O seu “Compêndio” é o resultado da prática de sua docência e chegou até nós como um precioso depoimento sobre o ensino da filosofia e sobre a ebulição de idéias filosóficas num momento especial da vida cul-

tural brasileira. A sua pobreza, em termos de filosofia, não anula este seu valor histórico.

Luis Washington Vita definiu a Mont'Alverne como "o modelo da filosofia teatralizada, expondo primeiro as doutrinas de Locke e Condillac, depois os ecléticos franceses"<sup>93</sup>. Como orador-filósofo, — "talvez fosse menos a ciência do que a facúndia do mestre que encantava os seus alunos"<sup>94</sup> —, provavelmente, a motivo do tom oratório, deixou-se cativar pela doutrina eclética do altissonante Victor Cousin, a tal ponto de não ter dúvida em chamá-lo de "sublime". O seu entusiasmo pela filosofia de Cousin, deve ter sido tanto, que, ao historiar a filosofia de seu tempo, lhe proferiu um panegírico. Eis como louvou Cousin e o seu trabalho filosófico: "Um destes gênios, nascidos para revelar os prodígios da razão humana, se levantou como um Deus, no meio do caos, em que se cruzavam, e combatiam todos os elementos filosóficos, empregando a extensão de sua vista, e sublime compreensão, reconstruiu a Filosofia, apresentando as verdades, de que o espírito humano esteve sempre de posse"<sup>95</sup>. A expressão "que o espírito humano esteve sempre de posse", parece um conta-sentido, se bem que pode ser interpretada como resíduo de platonismo, para quem "aprender é recordar", que saiu espontaneamente de sua pena. Neste trecho, que enfezou o ensaio crítico de Sílvio Romero, na parte em que ali coube a Mont'Alverne, o sergipano viu no entusiasta de Cousin "um retórico de mau gosto" a "dar tão frágeis provas de seu modo de julgar"<sup>96</sup>.

Mas dizer que foi o estilo oratório a simples causa de sua adesão, seria constrangedor, empobrecer demais o empenho filosófico de Mont'Alverne. Isso porque as doutrinas de Condillac tiveram ampla aceitação no século XVIII e, por mais de meio século, sua psicologia foi praticamente oficializada nas escolas francesas, em substituição à psicologia das faculdades formuladas por Descartes. Mas no século XIX o sensualismo de Condillac foi substituído pelo ecletismo de Victor Cousin. Assim também se explica uma natural reviravolta, ou "amadurecimento", da atividade filosófica de Mont'Alverne. O espiritualismo de Condillac ele o substituiu pelo espiritualismo eclético de Cousin; se bem que parece mais correto dizer, e a sua obra oferece razões para isso, que ele "enriqueceu" o espiritualismo de Condillac com o ecletismo de Cousin. Enfim, as conjecturas próprias de seu tempo, o modelo de filósofo que era Cousin e o estado em que se encontrava a Filosofia na época, tudo isso facilitou o encaminhamento de sua adesão ao pensamento do eclético francês.

Victor Cousin era um filósofo liberal que fez a literatura e a política confluírem no seu pensamento. A sua filosofia era "l'alliée naturelle de tutes les bonnes causes", subordina os sentidos ao espírito, reanima o sentimento religioso e conduz à verdadeira arte assim como ao verdadeiro Estado, isto é, à monarquia constitucional. Estas "boas causas", apregoadas pela filosofia eclética de Cousin, tinham tudo para agradar o

nosso Mont'Alverne: homem que vivia da religião e do cultivo das coisas do espírito, dotado da arte de bem falar, envolvido com a literatura e a política, defensor intransigente de uma monarquia constitucional. Outras razões, ele próprio se encarregara de salientar: Victor Cousin desvendou "o lado vulnerável do sensualismo". Deste sensualismo que, mesmo adotando-o como sistema, nunca o aceitara de uma forma incrítica e ortodoxa, mesmo em sua aula inaugural.

A Filosofia na época tinha pretensões de fazer-se síntese do saber e os filósofos de fazerem grandes sistematizações, assim se comportara Kant, Hegel, Comte, e, porque não dizer, Victor Cousin; aliado a este, o nosso Mont'Alverne que também manifestara a grande pretensão de "restaurar" com ele ( com Cousin ) o sistema filosófico"<sup>9</sup>7. Note-se, porém, que a expressão "restaurar" vem entre aspas, o grifo é do próprio Mont'Alverne. Ela tem portanto um duplo significado. O ecletismo de Cousin foi uma filosofia que se fez durante o período da "Restauração" francesa. Daí, provavelmente, a necessidade de Mont'Alverne grifar o termo, destacando-o. Dado que ele inicia o parágrafo dizendo: "Eu forcejarei entretanto por aproveitar o que ele tem feito e "restaurar" com ele o sistema filosófico", parece que faz sentido afirmar que ele não teve pretensões tão ingênuas. Lendo a frase toda, e sabendo de sua atual crítica a compêndios de Genovese, fontes de divulgação da filosofia no Brasil, talvez tivesse em mente uma intenção precisa: "restaurar" o sistema filosófico imposto pela reforma pombalina do ensino. O que é certo, no entanto, é que Mont'Alverne correspondeu a um momento do viver nacional, e viveu, a seu modo, segundo contingências pessoais ou mesológicas, os pensamentos de Condillac e de Cousin. Mais do rir-se ou levar a sério as suas pretensões filosóficas, antes de qualquer outro julgamento, convém considerá-lo como produto de seu tempo, a personificação de um estado de ânimo de uma época de contradições.

## 6 – OBSERVAÇÕES CONCLUSIVAS

Tudo faz crer que Mont'Alverne fora um expositor, mais ou menos hábil, de doutrinas filosóficas. Decididamente não fora um crítico de Filosofia, nem criador nem tão pouco inovador.

O seu "Compêndio de Filosofia" apresenta-se, acima de tudo, como trabalho de sistematização de idéias filiadas de Locke, Condillac e Cousin. Mais do que criativo, é um trabalho assimilativo de idéias consorciadas desses autores. Não é criativo no sentido da originalidade, da singularidade absoluta da criação, da plena independência na releitura daquilo que outros meditaram ou pensaram. Mas releitura, que aqui queremos nos referir, destaca a idéia de que é possível a criatividade naquele que se propõe "reler" um pensamento com o paradigma das necessidades de sua

época. A releitura, aqui, não é entendida como simples aclimação do saber, mas a reelaboração independente e inteligente de um saber novo. Não é, aliás, uma atividade intelectual passiva, simples vulgarização, mas atividade intelectual que traz a participar todas as potencialidades do sujeito e suas circunstâncias histórico-culturais. Pois bem, a assimilação de Mont'Alverne, pelo nosso estudo, não se apresentou de todo cega, sem se incorporar a um processo de enriquecimento, ou dependente de uma única fonte acreditando ser esta a garantia da eficácia do saber como um todo.

Idéias como esta, no entanto, devemos dar "à luz idéias generosas e ilustres feitas de virtude e heroísmo"<sup>98</sup>, dita por um Antero de Quental ( 1842/1891 ), por exemplo, revolucionaram os jovens intelectuais de sua época; a mesma idéia dita por Mont'Alverne ( 1784/1858 ), "só idéias generosas, grandes e fraternais nos podem (...) assegurar ao país sua verdadeira grandeza"<sup>99</sup>, não chegou a produzir o mesmo efeito, aquecer e revitalizar os ânimos. Tudo, talvez, por estarem em ambientes diferentes, numa época sócio-histórica distinta. Não se pode ignorar, porém, que a faísca animadora e vivaz do fogo criador feriu diferentemente a intimidade meditativa desses dois autores. Ambos, porém, gastaram de si toda a luz, calor e brilho que podiam dar. A vida tem sentido emsi mesma, mas ao fazer-se ação ela adquire maior significado se gasta em função de boa causa.

Se como "filósofo", e com o seu "Compêndio", Mont'Alverne representou muito pouco para a Filosofia; se como orador, e com os seus "Sermões" representou ainda menos para a Literatura... O que é certo, é que Mont'Alverne, durante os seus anos de ensino, teve sempre em mira a educação da mocidade, seu levantamento moral e científico, a abrir-lhe caminhos para o futuro. Nem o Brasil, nem as condições da época eram favoráveis a um melhor e mais louvável fim de um empenho. É até justiça reconhecer-lhe, senão mais, pelo menos o valor de pioneiro juntamente com aqueles que desbravaram sendas para a nossa incipiente cultura de nível superior. Se não podemos, através de uma crítica fácil, atribuir-lhe determinados valores que não teve, o que historicamente lhe pertenceu, não lhe podemos retirar: "Bem poderia ter saído das penas de um Feijó ou de um Verney, ( escreve D. Odilão Moura ), em pleno "século das luzes", esta frase do seráfico retórico: "Essa filosofia bárbara ( a escolástica ) reinou em quase toda a Europa, até que no meado do décimo sétimo, apareceu Descartes, que (...) conseguiu dar-nos uma filosofia livre de todos os absurdos, que despojando-se de todas as idéias que entenebreciam e maltratavam a razão, assegurou à Filosofia um novo império, e uma mais larga ilustração"<sup>100</sup>. O fato é que lhe pertenceu. E não é por ser destituído de interesse pessoal, que o historiador ou crítico das idéias filosóficas no Brasil se furtará em analisar determinados passos da história do pensar; os

males que padeceram certas fases do nosso filosofar não anulam o seu interesse histórico. O interesse de um fato histórico significativo para uma época, nem sempre é contemporâneo ao analista da história. E não é por esta razão que se há de olvidá-lo. Assim como não será a crítica apressada, demasiada simplista, decisiva e preguiçosa, aquela que atingirá o seu real interesse. Uma coisa é certa, a crítica que não se faz acompanhar do estudo atento e pormenorizado, não é uma crítica autêntica.

O crítico não é aquele que fala em nome da sabedoria. A crítica ele a exerce com o pensamento, com o auxílio de uma reflexão fundamentada e responsável. Quando a atividade crítica não está solidária com o espírito especulativo ou criador, quando não tem o sentido dos valores, não de valores formais ou arbitrários, antes de procurar juízos verazes, aplica a dieta de juízos fáceis. Aquele tipo de crítica que detém a sua atenção ao mais impressionante, ao mais exterior e visível, ao mais útil, e, por fim, ao mais vulgar e banal, não merece credibilidade. A crítica externa de uma obra deveria ser evitada, substituída pela crítica interna da obra. Esta parece ser a melhor maneira de se adentrar às circunstâncias histórico-culturais do autor criticado, de se explorar o lado genético de uma obra ou o ambiente sócio-histórico que a gerou. A crítica nasce, portanto, de um agudo sentido de interpretação e compreensão, movida pelo sentido pedagógico da pesquisa. Enfim, a crítica deve ser humana, de correção fraterna se for o caso, libertadora e construtiva, atingida na longanimidade do empenho paciente e demorado, produzida no exercício da inteligibilidade e da compreensão. Se o conhecimento humano é uma atividade que se define pelo esforço em busca da verdade ou da certeza, a crítica deve inspirar-se desse sentido.

Uma das grandes limitações desse nosso trabalho está na carência de atenção ao movimento de idéias, às várias tendências filosóficas que representam, no seu todo, o momento histórico-filosófico no qual está inserido o "Compêndio" de Mont'Alverne. Parece necessário salientar que o seu "Compêndio de Filosofia" está longe de representar todo o pensamento de uma época, manifesta apenas uma de suas mais vivas tendências. Mont'Alverne, com sua vida e suas obras, casou-se bem com a instabilidade de fatores político-sociais então em conflitos.

## NOTAS

(1) O padre Diogo Antonio Feijó é seu coetâneo, nasceu em São Paulo a 17 de agosto do mesmo ano.

(2) Não consta N.E.

(3) PRIMITIVO, Moacir, **A Instrução e o Império**, São Paulo, V. 1, 1936, p. 25.

(4) HAIDAR, M. de Lourdes Mariotto, **O Ensino secundário no Império brasileiro**, São Paulo, 1972, *passim*.

(5) LOPES, Fr. R. Belarmino, *op. cit.*, p. 17.

- (6) *Idem*, *Ibidem*, p. 18.
- (7) MONT'ALVERNE, *Discurso Preliminar*, citado por LOPES, Fr. R. B., *op. cit.*, p. 19.
- (8) "... para um jovem ser admitido à Ordem no estado clerical, exigia-se a idade de dezesseis anos" (RÖWER, Frei Basílio, *O Convento de Santo Antonio no Rio de Janeiro*, Petrópolis, 1945, p. 44 ).
- (9) Mont'Alverne recebeu o hábito em 1801 e fez os votos religiosos em 1802. Conforme os "Estatutos e Breves Apostólicos" da Ordem franciscana, Francisco José de Carvalho tomou por nome eclesiástico Frei Francisco do Mont'Alverne. "Mont'Alverne" é o nome da montanha onde São Francisco recebeu as chagas de Cristo.
- (10) LOPES, Frei Roberto B., *op. cit.*, p. 65.
- (11) Eis, como exemplo, o que dizia Mont'Alverne no "Sermão da Penitência": "Tudo anuncia a ruína dos costumes; e esse povo vive tranqüilo, confiando na prática externa dos deveres da Religião, acreditando poder desarmar a vingança divina com confissões..."
- (12) Referindo-se à situação religiosa na Corte, Mont'Alverne denuncia: "Uma seita funesta (...) assoalha máximas subversivas da sã doutrina. Rebelde às leis, que contrariam seus desejos, e envenenam sua alegria, corrompe uma mocidade ignorante e sem educação" ( Sermão sobre a Incredulidade ).
- (13) Faz-se referência explícita a alguns passos do artigo de D. Odilão Moura, "O Iluminismo no Brasil", in *As Idéias filosóficas no Brasil*, ( séculos XVIII e XIX ), São Paulo, 1978, pp. 143 a 183.
- (14) LOPES, Frei Roberto B., *op. cit.*, p. 30.
- (15) *Idem* *ibidem*, p. 30.
- (16) *Idem* *ibidem*, p. 30.
- (17) *Idem* *ibidem*, p. 30.
- (18) *Idem* *ibidem*, p. 31.
- (19) MONT'ALVERNE, citado por Fr. Roberto B. LOPES, *op. cit.*, p. 40.
- (20) MONT'ALVERNE, *Obras Oratórias*, t. 1, p. V.
- (21) Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto-Alegre foram os que propuseram a sua afiliação. Parece que tal Instituto tinha mais interesse pelo lado financeiro do que propriamente pelos seus sócios estrangeiros.
- (22) *Arq. Prov.*, Doc. nº 31, citado por Fr. Roberto B. Lopes, *op. cit.*, p. 103.
- (23) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, V. 9, p. 561.
- É certo que, com o termo "discípulo", Mont'Alverne se referisse aos seus alunos, e não a alguém que seguisse as suas idéias no sentido de continuador de sua doutrina.
- (24) MONT'ALVERNE, *Obras oratórias*, t. 4, pp. 230 – 233.
- (25) MONT'ALVERNE, *Obras oratórias*, t. 1, pp. VII – VIII.
- (26) MAGALHÃES, D. G., *Biografia do Padre-Mestre Frei Francisco do Mont'Alverne*, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, V. 65, 1882, p. 398.
- (27) *Arq. Prov.* Doc. nº 30, Carta de 22-7-1834, citado por Frei Roberto B. Lopes, *op. cit.*, p. 101.
- (28) É certo que deva ter-se valido de um secretário para a ordenação e correção de seus escritos e que, aliás, deixou escapar pequenos retoques.
- (29) *Arq. Prov.* Doc. nº 24, Carta de 25-7-1834, citado por Frei Roberto B. Lopes, *op. cit.*, p. 102.
- (30) Citado por Frei Roberto Lopes, *op. cit.*, p. 127.
- (31) *Arq. Prov.* Doc. nº 45, citado por Frei Roberto Lopes, *op. cit.*, p. 104.
- (32) A edição de Portugal saiu em 1867 e em 1868, pela Casa Editora P. Podestá e pela Livraria Nacional, ambas da cidade do Porto. Apareceu ainda no Porto, uma segunda edição: o segundo e terceiro tomos, pela casa editora de A. R. da Cruz Coutinho, em 1885; o quarto tomo, pela Livraria Chardron de Melo & Irmão Editores, em 1889. A segunda edição brasileira saiu pela Garnier.

- (33) MONT'ALVERNE, **Obras Oratórias**, t. 1, pp. 300 — 305.
- (34) O original encontra-se no Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis, e encontra-se publicado no livro citado do Frei R. Lopes, pp. 109 — 110.
- (35) A expressão ocorre na obra de Nélson Werneck Sodré, **História da Literatura Brasileira**, 5ª ed., Rio de Janeiro, 1969, p. 246: "... o sermão da festa de São Pedro da Alcântara, peça antológica que assegura a lembrança do seu nome".
- (36) ALENCAR, José de, **Páginas avulsas**, São Paulo, 1938, pp. 55 — 56.
- (37) Publicado pelo "Correio Mercantil" de 5-XII-1858 e pela "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", V. 21, p. 499, e por Frei Roberto Lopes, op. cit., pp. 130 — 131.
- (38) ROMERO, S., **Obra Filosófica**, ( Introdução e seleção de Luí W. Vita ), Rio de Janeiro, 1969, p. 9.
- (39) MACHADO, Geraldo Pinheiro, **A Filosofia no Brasil**, 3ª ed., S. Paulo, 1976, p. 28.
- (40) JÚNIOR, T. A., in **Galeria dos Brasileiros ilustres**, Rio de Janeiro, 1861. Citado por LOPES, op. cit., p. 73.
- (41) SODRÉ, N. Werneck, **História da Literatura Brasileira**, 5ª ed., Rio de Janeiro, 1969, p. 219.
- (42) Vejamos alguns passos do seu "Discurso Preliminar": "O país tem altamente declarado que eu fui uma dessas glórias de que ele hoje se ufana"; "Eu estava na resolução firme ( referindo-se ao secretário que teve de tomar para organizar as suas Obras Oratórias ), e inabalável de não repartir com outro a minha glória... nem aproveitar-me de alguma circunstância, para fazer cair sobre quem quer que fosse os defeitos de meus escritos: convinha um amigo e não um mestre".
- (43) PARANHOS, H., **História do Romantismo no Brasil**, S. Paulo, 1938, v. 2, p. 289.
- (44) MOURA, D. O., **O Iluminismo no Brasil**, in "As Idéias Filosóficas no Brasil. Séculos XVIII e XIX", S. Paulo, 1978, pp. 150/151.
- (45) Idem, ibidem, p. 151.
- (46) Idem, ibidem, p. 160.
- (47) FRANCA, L., **Noções de história da filosofia**, Rio, 1967, p. 264.
- (48) Idem, p. 265.
- (49) REALE, M., **Experiência e cultura**, S. Paulo, 1977, p. 203.
- (50) PAIM, A., **História das idéias filosóficas no Brasil**, S. Paulo, 1967, pp. 80 — 81.
- (51) José Veríssimo, na sua "História da literatura Brasileira", ( Rio de Janeiro, 1954, p. 166 ) exagera ao escrever que "Fr. Francisco do Monte Alverne fazia do púlpito ou da cátedra estrado de tribuno político...".
- (52) LOPES, R. B., op. cit., p. 76.
- (53) Pelo que consta, esta festa foi promovida pelo partido liberal, sob os auspícios da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência, e a ela o Imperador não fora convidado, mas, mesmo assim, comparecera. Na Capela Imperial celebrou-se, pela manhã, o Te Deum.
- (54) MONT'ALVERNE, citado por Lopes, op. cit., pp. 76 — 77.
- (55) Idem, p. 76.
- (56) MONT'ALVERNE, citado por Alfredo Bosi, in "História Concisa da Literatura Brasileira", S. Paulo, 1977, p. 96. A interrogação é nossa, por não se saber bem o que vem aí a fazer a filosofia.
- (57) Vem aqui a vontade de lastimar que o Brasil sempre sobreviveu com um mínimo de ciência, e sem ciência não há uma verdadeira independência, e sem independência, não é possível uma liberdade duradoura.
- (58) MONT'ALVERNE, **Obras Oratórias**, t. 4, p. 129.
- (59) MONT'ALVERNE, **Sermão da Ressurreição**, citado por Lopes, op. cit., pp. 79 — 80.

- (60) MONT'ALVERNE, **Obras Oratórias**, t. 4, p. 107.
- (61) MONT'ALVERNE, in **Diário de Anúncios**, 20 de novembro de 1833. Citado por LOPES, op. cit., p. 79.
- (62) Francisco Silveira Bueno, na sua "Literatura Luso-Brasileira", São Paulo, s. d., p. 304, viu nele um romântico: Mont'Alverne "é um romântico do púlpito, um poeta que canta em prosa".
- (63) PAIM, A., **História das Idéias Filosóficas no Brasil**, S. Paulo, 1974, p. 216.
- (64) Cf. **Corrente Eclética na Bahia**, ( Textos didáticos do pensamento brasileiro ), Vol. 9, Rio de Janeiro, 1979.
- (65) PAIM, A., **Introdução**, in "Corrente eclética na Bahia", op. cit., p. 15.
- (66) CAPALBO, C., "As Raízes históricas da filosofia da educação no Brasil", in **As Idéias Filosóficas no Brasil. Século XX parte II**, S. Paulo, 1978, p. 66.
- (67) Revista Brasileira de Filosofia, S. Paulo, V. 32, 1982, fasc. 127, p. 261.
- (68) S. Paulo, 1972, p. 95.
- (69) REALE, M., **Filosofia em São Paulo**, S. Paulo, 1976, p. 13.
- (70) Dicionários italianos de filosofia costumam adotar o termo "sensismo" para significar o que entendemos por "sensualismo". Ressalvam que "sensismo" e "sensualismo" são termos afins, devendo o último refletir a mais precisa conotação moral, aplicado em ética.
- (71) "De onde ( o homem ) apreende todos os materiais da razão e do conhecimento ? A isso respondo, numa palavra: da experiência. Todo o nosso conhecimento está nela fundado, e dela deriva fundamentalmente o próprio conhecimento" ( LOCKE, J., **Ensaio acerca do entendimento humano**, ( Col. Os Pensadores ), São Paulo, 1978, p. 159 ).
- (72) CONDILLAC, E., **Tratado das sensações**, ( Col. Os Pensadores ), São Paulo, 1979, p. 48.
- (73) LOCKE, op. cit., p. 159.
- (74) LOCKE, op. cit., p. 177.
- (75) CONDILLAC, E., **Lógica**, ( Col. Os Pensadores ), S. Paulo, 1979, p. 76.
- (76) Idem, ibidem, p. 77.
- (77) CONDILLAC, **Tratado das sensações**, p. 49.
- (78) CONDILLAC, **Tratado das sensações**, p. 50.
- (79) MONT'ALVERNE, **Compêndio de Filosofia**, Rio de Janeiro, 1859, p. 151.
- (80) REALE, M., **Introdução aos Cadernos de Filosofia de Diogo Antonio Feijó**, S. Paulo, 1967, p. 26, nota 21.
- (81) CONDILLAC, **Lógica**, p. 89.
- (82) CONDILLAC, **Lógica**, p. 69 e p. 74.
- (83) Idem, p. 89.
- (84) MONT'ALVERNE, **Aula inaugural**, citada por Roberto Lopes, op. cit., pp. 36 a 38.
- (85) CONDILLAC, **Lógica**, p. 80.
- (86) Idem, p. 81.
- (87) PINHEIRO, Côn. J. C. Fernandes, **Biografia de Frei Francisco de Monte Alverne**, in **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**, V. 33, p. 154, Citado por LOPES, op. cit., p. 71.
- (88) **Opúsculos Históricos e Literários**, Rio, 1865, 2ª ed., p. 319, Citado por M. REALE, **Introdução aos "Cadernos de Filosofia" de Diogo Antonio Feijó**, op. cit., pp. 14/15.
- (89) REALE, M., idem, p. 15, nota 9.

- (90) Idem, *ibidem*, p. 14.
- (91) REALE, M., **Filosofia em São Paulo**, op. cit., p. 17.
- (92) MONT'ALVERNE, **Compêndio de Filosofia**, op. cit., p. 104, nota .
- (93) VITA, L. W., **Escorso da filosofia no Brasil**, Coimbra, 1964, p. 53.
- (94) Idem, p. 53. Do seu professorado, testemunhou G. Magalhães: "Nas preleções mostrava-se conhecedor profundo da ciência. E como sempre orava, mesmo conversando, eram suas lições ouvidas com algum proveito. Tanto por esse dom de bem falar, que é sempre manifestação de feliz inteligência, como pela doutrina que ensinava, não tinha ele rival como professor" ( Citado por LOPES, op. cit., p. 71 ).
- (95) MONT'ALVERNE, **Compêndio de filosofia**, p. 104, nota .
- (96) ROMERO, S., op. cit., p. 11.
- (97) MONT'ALVERNE, op. cit., p. 104, nota .
- (98) QUENTAL, A. de, **Prosas da época de Coimbra**, ( Edição crítica organizada por Antonio Salgado Júnior ), Lisboa, 1973, pp. 40 – 41. Dado o nosso artigo "Fundamentos filosóficos das "Prosas" de Antero de Quental", na Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria, nº 4, 1980, foi difícil salientar este parentesco de idéias entre os dois autores.
- (99) Cf. trecho já citado do "Sermão da Ressurreição".
- (100) op. cit., p. 151.